

## Economia

O peso da economia não registada

# 50 mil milhões de euros à solta em Portugal

Em Portugal, a economia não registada corresponde a cerca de 26% do produto interno bruto (PIB). Revestindo realidades tão diferentes como a economia subterrânea, ilegal, informal e o autoconsumo, esta economia corresponde a uma fase de globalização e financeirização da economia que lesa o Estado e as suas funções redistributivas e sociais. A sua tendência para crescer, apoiada na livre circulação de capitais e nos paraísos fiscais, é activamente promovida por elites sociais e empresariais criminosas... e não pelas estratégias individuais de sobrevivência à crise de que tanto fala a generalidade da comunicação social.

CARLOS PIMENTA \*

O valor aproximado actual da economia não registada em Portugal, vulgo «economia paralela», é de meia centena de milhares de milhões de euros. Maioritariamente isto significa degenerescência ética, mais desigualdades sociais, incompletude do Estado e pretexto para políticas de hegemonização do individualismo e do privado. E é o resultado da inserção do país no capitalismo mundial, da dinâmica da sociedade portuguesa e das políticas económicas.

Constatar estas realidades e quantificá-las é importante. Por isso o Observatório de Economia e Gestão de Fraude tem procedido ao seu periódico cálculo e divulgação. Quanto melhor as percebamos mais capazes seremos de agir. Por isso, antes de regressarmos aos números, elucidemos sobre o que eles significam.

## Contabilidade nacional e seus limites

O capitalismo edificado sob os fumos da Revolução Industrial (séculos XVIII-XIX), propagado por difusão ou repressão, revelou o domínio das grandes empresas (capitalismo monopolista) quando da crise de 1891, antecâmara do abandono do padrão-ouro pela libra esterlina (expresso em 1914) e do aumento do peso do financeiro sobre o produtivo. As crises cíclicas do capitalismo continuaram e assumiram novas características. Com a crise de 1929-1933, a «gestão económica» do Estado cedeu a sua primazia à política económica, acção coerciva para garantir a reprodução do sistema económico dominante. Com ela apareceu a pormenorização estatística da actividade económica e a contabilidade nacional. Como qualquer leitura da realidade, ela é filtrada por um modelo interpretativo mas, grosso modo, é uma «técnica inspirada na contabilidade comercial que se propõe apresentar da ac-

tividade económica de um país uma síntese das informações escolhidas e calculadas»<sup>[1]</sup>.

Em Portugal, com a referida crise surgem os relatórios anuais do Banco de Portugal, com as análises da economia portuguesa. Em 1950, no parecer sobre as Contas Gerais do Estado de 1948, incluem-se estimativas da «produção nacional» e, em 1951, o Instituto Nacional de Estatística faz a primeira estimativa do rendimento nacional. Passados nove anos apresenta um trabalho sistemático sobre o assunto<sup>[2]</sup>.

O objectivo primeiro da contabilidade nacional é o cálculo do que foi produzido de novo durante esse ano no território nacional (produto interno), e correspondentes rendimentos e despesas.

Assim surge a o registo da actividade económica nacional, espelhando a economia registada<sup>[3]</sup>.

## O aparecimento da economia não registada

Sempre existiram actividades económicas insusceptíveis de registo oficial, mas a sua natureza, e interpretação, transformou-se. Essas actividades foram etiquetadas de muitas formas (por exemplo: «negra», «oculta», «escondida»), mas após o documento da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) sobre o assunto, em 2002, esta realidade passou a ser designada por economia não observável<sup>[4]</sup>. Porque há economia registada na contabilidade nacional, a que não consta desta é genericamente designada por *economia não registada*.

O que está em jogo não é um problema de registo mas a existência de actividades que, pelas suas características, escapam à observação ou ao registo e, por isso, não são devidamente consideradas na política económica, conduzem a informação assimétrica dos agentes económicos e concorrência desleal, alteram a imagem económica do

país, degradam o significado de indicadores de evolução conjuntural e, sobretudo, facilitam uma degenerescência das relações éticas, uma apatia perante a degradação social e reduzem a coesão social.

Nos anos 60 a economia não registada era considerada específica de alguns países, expressão da coexistência de modos de produção pré-capitalistas. Na década seguinte começou-se a admitir que também existia significativamente nas sociedades desenvolvidas embora, numa primeira fase, se considerasse como transitória. Os liberais consideravam que ela resultava do protagonismo do Estado e que diminuiria com o abandono das suas funções. Hoje é inequivocamente aceite como um fenómeno mundial e duradouro. Ela é parte indissociável do capitalismo<sup>[5]</sup>, inevitável na sua fase da globalização (após as décadas de 1980-1990), a outra face da financeirização, da dinâmica do capital fictício, do hiato entre criação e apropriação do rendimento, gerando uma economia de apropriação de renda (*rent-seeking*)<sup>[6]</sup>.

O *gap* fiscal (a diferença entre as receitas possíveis e as efectivadas), as dificuldades orçamentais generalizadas e o beneplácito pela OCDE da relevância da economia não registada oficializaram esta problemática.

## Do valor à sua estrutura

Tão importante quanto o valor da economia não registada é a sua estrutura interna. Como classificar as suas diversas componentes? Depende dos objectivos visados com ela. Assim, por exemplo, se se pretender analisar os seus impactos sobre a coesão social, poder-se-á decompô-la por graus de percepção e de aceitabilidade.

Ora, a OCDE adopta uma classificação que tem como principal preocupação a redução das receitas do Estado, o contexto legal e as técnicas adoptadas na contabilidade nacional. Sigamos o seu raciocínio. O que justi-

fica que haja actividade económica que não consta da contabilidade nacional? A existência de funcionamentos que não cumprem os procedimentos que a contabilidade nacional pressupõe numa economia de mercado: actividades legais que passam pelo «mercado» mas que romperam com certos compromissos legais; actividades que passaram pelo «mercado» mas que são ilegais pela legislação do país; actividades legais, que passam parcialmente à margem do «mercado»; e, finalmente, aquelas que acontecem totalmente à margem do «mercado».

No primeiro grupo estão as actividades económicas que pretenderam, sobretudo, fugir às obrigações fiscais. São alguns exemplos os funcionários da empresa não registados ou o trabalho escravo, a manipulação dos preços de transferência ou as muitas operações veladas, ou erradamente anunciadas, com os *offshores*. Esta parcela designa-se por *economia subterrânea*.

No segundo grupo englobam-se todas as actividades que, pelo seu objecto, são proibidas, mas existem. É a *economia ilegal*, de que são exemplos os vários tráficos (de droga, de seres humanos, de órgãos, etc.) ou a prostituição.

No terceiro grupo, provavelmente o de contornos mais imprecisos, são os labores predominantemente associados a estratégias de sobrevivência, típicos de microempresas assentes no trabalho familiar ou no emprego esporádico de poucos funcionários. É a *economia informal*. São exemplos o «biscato» para além do emprego formal ou a pequena empresa em que só trabalha o proprietário.

No quarto grupo está o tradicional autoconsumo: produzir para consumo próprio.

Note-se que tanto na economia ilegal como na economia informal também não se cumprem os compromissos fiscais, mas tal resulta de uma impossibilidade ou de um conflito com a sobrevivência, não sendo esse o objectivo fundamental da actuação.



CARLOS ZÍNGARO . *Inferno* (2014) . Copyright Casa da Liberdade - Mário Cesariny, 2016 . Até 10 de Setembro

## Economia má e economia boa

Nas economias desenvolvidas em que não houve mudanças profundas de sistema social, como no caso português, as parcelas mais relevantes da economia não registada tenderão a ser a economia subterrânea e a economia ilegal, que nada têm de bom e são profundamente prejudiciais à vida em sociedade: a ética degenera-se, a agregadora e inovadora confiança social estilhaça-se, e com ela dilui-se a dinâmica virtuosa da «sociedade civil», agravam-se as desigualdades económico-sociais, degenera a concorrência empresarial, diminui a qualidade dos serviços públicos. Simultaneamente tendem a aumentar os conflitos de interesse entre o público e privado, ao que estão fortemente associadas a corrupção política e a degradação do interesse dos cidadãos pela coisa pública.

A economia subterrânea assume as mais diversas formas (do trabalho infantil a parcelas da fraude carrossel na União Europeia, do trabalho ao domicílio à utilização, velada ou ilegal, dos paraísos fiscais), mas agrava sempre o financiamento do Estado, intensifica a financeirização e a especulação da globalização, aumenta a subjugação dos Estados aos ditames do grande capital financeiro, diminui drasticamente os recursos para o desenvolvimento, seja pela via pública (redução da política económica de crescimento) seja

privada (enfraquecimento do investimento produtivo).

O polvo de mil tentáculos da economia ilegal reforça a criminalidade organizada transnacional, crescentemente englobadora das elites políticas, económicas e sociais, interligando imperceptível, mas dramaticamente, as actividades legais e ilegais.

Contudo a economia informal, apesar de reflectir a debilidade socioeconómica de uma parcela dos cidadãos, pode reforçar as possibilidades de sobrevivência, em períodos dramáticos como são as crises. Quando o desemprego alastra é uma forma, embora precária, de garantir o sustento de famílias e a dignidade, de reduzir algumas tensões sociais.

A tendência espontânea que muitas vezes há para identificar economia não registada com a economia informal é política e socialmente errada: não resolve os problemas, encobre os verdadeiros responsáveis e deixa o terreno aberto à continuação da grande fraude ou ao crime. Considerar a economia não registada nefasta e atribuí-la à «pequena reparação doméstica» é um devaneio para enganar a opinião pública e manter o *statu quo*.

Identificar a economia não registada com a fraude e o crime também não corresponde aos factos e, sobretudo, olvida uma constatação vital: também há muita fraude e corrupção na economia registada, naquela que foi contabilizada oficialmente no produto interno<sup>[7]</sup>.

## A situação portuguesa

Estamos agora em condições de regressar aos dados sobre a situação portuguesa.

Pelos cálculos do Observatório de Economia e Gestão de Fraude a economia não registada em Portugal ronda nos últimos anos os 45 mil milhões de euros anuais, o que corresponde a cerca de 26% do produto interno bruto (PIB) oficial. Contudo, pelo método de cálculo adoptado é inequívoco que aquele valor corresponderá essencialmente às economias subterrânea, predominantemente, e informal, e a débeis franjas da economia ilegal. Atendendo a estes aspectos, à importância internacional da criminalidade económica, de que o nosso país não é excepção, e às potencialidades existentes no nosso território para

a entrada na Europa de tráficos diversos, podemos inequivocamente afirmar que aquele é o *valor mínimo da economia não registada*.

Desde o início dos anos 70, quando se assistiu à maior abertura da economia portuguesa ao exterior e à nossa integração plena no capitalismo mundial, até aos dias de hoje assiste-se a uma *tendência de aumento*. É no período da globalização, de hegemonia da lógica liberal, que a tendência é mais acentuada. As políticas «internas» aceleram ou retraem a dinâmica anual efectiva. Está criada uma tendência de obstaculização ao seu combate. As comparações internacionais mostram que Portugal tem um peso da economia não registada alguns pontos percentuais acima da média mundial estimada e, ainda mais, da média da OCDE.

Se essas actividades fossem tributadas a uma taxa média de 20%, o orçamento geral do Estado seria equilibrado ou superavitário, criando condições para menor esmagamento dos contribuintes, melhores serviços públicos, maior desenvolvimento e bem-estar da população<sup>[8]</sup>.

A política de combate à economia não registada na presente década tem-se centrado no aumento de impostos, no reforço do controlo sobre as pequenas e médias empresas e sobre vastas franjas da economia informal. Tal caminho pode ter impactos financeiros imediatos mas é globalmente desestruturante e nefasta. Também por isso não se verificou redução do peso da economia não registada. A responsabilidade da sua dinâmica reside na criminalidade de elites sociais e empresariais e na existência de paraísos fiscais. Demonstram-no as verbas atingidas pelos perdões fiscais dos últimos governos<sup>[9]</sup>, os sucessivos escândalos internacionais envolvendo os *offshores* e a capacidade de observar a realidade.

Combater a economia não registada é um trabalho árduo para um plano integrado que considere todas as valências de curto, médio e longo prazo. Não desprezando nenhuma actuação socialmente coerente com a realidade, a «livre» circulação dos capitais e os paraísos fiscais são os principais inimigos das populações. ■

\* Economista, Observatório de Economia e Gestão de Fraude.

[1] Henri Culmann, *Les Comptabilités Nationales*, PUF, Paris, 1973.

[2] O Rendimento Nacional Português, INE, Lisboa, 1959.

[3] Também houve depois a preocupação de englobar o valor de actividades inalcançáveis pelos registos contabilísticos. Aqui não os consideramos. Veja-se Mariana Oliveira, «O não observado na Contabilidade Nacional. Das origens até 2008», [www.gestaodefraude.eu/wordpress/wp-content/uploads/2016/01/wp048.pdf](http://www.gestaodefraude.eu/wordpress/wp-content/uploads/2016/01/wp048.pdf).

[4] *Measuring the Non-Observed Economy – A Handbook*, OCDE, Paris. Preferimos a designação de «economia não registada».

[5] Demonstrámo-lo em *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição*, Campo da Comunicação, Lisboa, 2004.

[6] Veja-se Joseph Stiglitz, *O Preço da Desigualdade*, Bertrand, Lisboa, 2013.

[7] Dois apontamentos complementares. Primeiro, há várias metodologias de estimação da economia não registada. Todas têm potencialidades, mas também algumas debilidades. Cada uma tende a considerar algumas parcelas e a subestimar outras. Segundo, mesmo os métodos mais sofisticados e validados internacionalmente são incapazes de medir a importância relativa de cada um dos grupos constitutivos da economia não registada.

[8] Esta ilustração apenas teve em conta o que é ideológica e politicamente mais relevante hoje. Consideramos errada a importância atribuída ao «equilíbrio orçamental» em detrimento de outras políticas mais consentâneas com o combate à financeirização, à promoção das actividades produtivas e à redução dos desequilíbrios sociais.

[9] Em 2012 (RERD III), com uma taxa de 7,5% e não sendo necessário trazer o capital para Portugal, apresentou-se ao perdão fiscal um valor de 3500 milhões de euros.